

MENTIRAS, POLÍTICA, UNIVERSIDADE

23 de outubro de 2010|22h 40

AE - Roberto Romano - AE

Na busca do verdadeiro reside a essência universitária. Norberto Bobbio dizia existir um anti-Estado quando setores políticos e sociais agem ao arrepio das leis e da transparência democrática. Também é possível afirmar que a ordem acadêmica que renega seu múnus - a pesquisa acima das assertivas ideológicas, religiosas ou políticas - gera uma antiuniversidade.

Cientista que aceita e patrocina a distorção de enunciados e de atos atraiçoa a sua missão: vencer o sofisma e o fanatismo que castigam indivíduos ou grupos. Tomás de Aquino, ao receber o aviso de certo frade sobre um boi voador, incontinenti se dirigiu à janela para verificar o fenômeno. Vieram as caçadas do brincalhão. "Prefiro acreditar que um boi voa, pois não aceito que um religioso minta", observou Tomás de Aquino. Quem age de maneira decorosa sempre opta inicialmente por atribuir veracidade aos professores. Se eles mentem ou aceitam a mentira, deixam sua condição, passam ao estatuto de sofistas.

É certo que algumas "classes e profissões forçam os seus representantes a mentir, como, por exemplo, os teólogos, os políticos, as prostitutas, os diplomatas, os poetas, os jornalistas, os advogados, os artistas, os fabricantes de alimentos, os operadores da bolsa, (...) os falsificadores, os gigolôs, os generais, os cozinheiros, os traficantes de vinho" - cf. Victoria Camps, in Carlos Castilla del Pino (Org.): El Discurso de la Mentira, Madrid, Alianza, 1988.

Mentiras profissionais são partilhadas. Nelas a vítima assume a aparência, não exige a plena verdade. Temos aí algo lícito ou ilícito, segundo o caso. Torquato Acetto escreveu, em 1641, um livro cujo título já elucida o ponto: Sobre a Dissimulação Honesta. Pior é a mentira como ato de violência e poder. É o que pregou, na mesma ocasião, Gabriel Naudé, com o pior maquiavelismo, nas Considerações Políticas sobre os Golpes de Estado.

As falsidades mencionadas são convencionais. A mentira real identifica-se com a injustiça do poder, uma violência só justificada pela submissão do violentado. Nela as duas partes - falsário e vítima - sabem que estão mentindo um para o outro, mas ao dominado só resta aderir. Existe mentira jurídica e política se a competência linguística é assimétrica: mente-se à criança, ao doente, ao fraco, ao vulnerável, ao que depende de tutores. A mentira é possibilitada pela dominação religiosa ou ideológica. Na democracia, a competência linguística é simétrica e compartilhada.

Montaigne define a mentira como "valentia diante de Deus e covardia diante dos homens". Sendo assim, impera a assimetria discursiva entre cidadania e governos. E temos o poder de quem decide sobre o que pode ser ouvido e compreendido pelos governados. Mentira é não dizer a verdade a quem tem direito a ela. Assim, a censura à imprensa, sobretudo quando emana de juízes, mostra que uma sociedade não é democrática, pois nela se recusa aos governados o direito à verdade. O censor imagina-se acima do corpo cidadão. Tirania, eis o nome de tal prática na ética ocidental. No Brasil existem juízes censores, o que basta para mostrar o quanto nossa democracia é frágil.

Voltemos aos universitários e professores. Eles não devem nem podem tolerar, na própria vida e na coletiva, atos deliberadamente cometidos no campo da mentira, mesmo que tudo seja feito para maior glória do povo, do partido ou mesmo da divindade. "Deus não precisa de nossa mentira", dizia Santo Agostinho contra quem ousava inventar desculpas para o Ser que é a própria Verdade. Grandes causas, cultura, valores, quando defendidos com dolo, transformam-se imediatamente no contrário.

Agora, a realidade acadêmica de hoje, em clima eleitoral. Alguns professores universitários se reuniram na Sala dos Estudantes (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo) para apoiar uma candidatura à Presidência da República. O ato, que ocorreu no dia 8 de outubro de 2010, é ilegal, pois é

vetado o uso de próprios públicos para fins político-partidários (artigo 73 da Lei n.º 9.504/97). A ilegalidade foi cometida até mesmo por ilustres juristas. O pior é a desculpa usada para obter a referida sala: os estudantes afiançaram que nela fariam um regular "estudo de grupo".

Os intelectuais que endossaram o ato não desconhecem a lei. Eles também não podem ignorar a mendacidade praticada pelos estudantes, pois juntos organizaram a manifestação. Seria desgraça em demasia se professores do Direito desprezassem a norma legal. Pior é a atitude de professores de Ética e Política que, em plena consciência, aplaudem um truque onde reluz a mentira. Tudo vale em nome da causa?

Muito regrediu o Estado brasileiro em nossos tempos, rumo às trevas. Renasce entre nós todo o ódio trazido pelas religiosidades autoritárias, as quais retomam a face obscurantista. O avanço de bispos católicos e pastores na seara política se faz em prejuízo da ordem estatal, da sociedade e das próprias igrejas ou seitas.

No Estado, a plena soberania sai arranhada. Na sociedade, a intolerância gera frutos malditos. Nas próprias igrejas, a hegemonia dos retrógrados afasta os que respeitam crenças alheias. A divisão nas hostes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) indica algo inédito na história daquele plenário. E Igreja Católica sem união conduz ao desarrazoado das massas. "Não se deve usar Deus como punhal", disse certa feita Denis Diderot.

Um nune reduzido a instrumento de luta política é pura mentira.

Uma universidade que permite no seu interior truques ignóbeis é pura mentira.

Saibamos evitar, com prudência máxima, tais ameaças à nossa frágil democracia.

FILÓSOFO, PROFESSOR DE ÉTICA E FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), É AUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE 'O CALDEIRÃO DE MEDEIA' (PERSPECTIVA)

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mentiras-politica-universidade,628899,0.htm>

UNIPAULISTANA DIVULGA NOTA RECLAMANDO DE PROCEDIMENTO DO MPF

Instituição diz que órgão divulgou informação de recomendação antes que ela fosse notificada

21 de outubro de 2010|17h 53

AE - Roberto Romano - AE

A UniPaulistana divulgou nesta tarde nota reclamando do procedimento do Ministério Público Federal. O órgão teria enviado recomendação à universidade para que parasse com as cobranças relativas a documentos acadêmicos, como cartões de biblioteca, entre outros. Mas o MPF teria divulgado a informação antes mesmo que instituição fosse notificada.

O advogado da instituição divulgou a seguinte nota:

Como advogado do Centro Universitário Paulistano - UniPaulistana, encaminho abaixo a manifestação da instituição de ensino com referência a matéria "MPF recomenda que UniPaulistana para de cobrar por atestado escolar", veiculada no dia 14/10/2010, às 14:08 horas:

O Centro Universitário Paulistano - UniPaulistana esclarece que somente em 19/10/2010 fora cientificada oficialmente a respeito da recomendação formulada pelo Ministério Público Federal com referência aos valores cobrados pela emissão de documentos internos e acadêmicos.

Diante disso, em primeiro lugar, lamenta a atitude do Ministério Público Federal em divulgar prematuramente a recomendação formulada, sem que houvesse prévia ciência da instituição de ensino ou tampouco oportunidade de manifestação por parte da mesma.

Outrossim, no mérito, ressalta que a recomendação formulada pelo Ministério Público Federal, além de contrária à autonomia federal concedida constitucionalmente às instituições de ensino (artigo 207, da Constituição Federal), não possui nenhum respaldo legal.

Aliás, importante ressaltar que a referida recomendação é primariamente fundamentada na Resolução nº 03/89, do Conselho Federal da Educação, apesar desta ter sido recentemente e por diversas vezes considerada sem vigência ou aplicabilidade pelo próprio Ministério da Educação, em virtude de emanar de legislação expressamente revogada (conforme Pareceres ns. 91/2008 e 233/2009, do Conselho Nacional da Educação).

A UniPaulistana, ao longo de décadas de existência, sempre zelou pela licitude e atendimento ao ordenamento jurídico pátrio, de modo que, ante à inocorrência de qualquer irregularidade nas cobranças realizadas a título de emissão de documentos como atestados de matrícula, declarações de cunho acadêmico, atestados de frequência, dentre outros, informa que tomará as medidas cabíveis a fim de evitar que o referido órgão, de forma indevida e sem respaldo legal, interfira em sua autonomia administrativa, garantida constitucionalmente.

Permaneço à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Pompeu José Alves Filho

<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,unipaulistana-divulga-nota-reclamando-de-procedimento-do-mpf,627968,0.htm>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA FINANCEIRA**

SBS Q.2 Bloco F Edifício FNDE - 8º andar - CEP 70.070-929 - Brasília, DF

Circular nº 002/2010 - FIES/DIFIN/FNDE/MEC

Brasília, 21 de outubro de 2010.

Às Entidades Mantenedoras de Instituição de Ensino Superior.

Senhores Dirigentes,

1. Ratificando o contido no item 9 da Circular nº 001/2010 - FIES/DIFIN/FNDE/MEC, de 18 de outubro de 2010, e no subitem 2.2 do “Manual de Pagamento de Tributos,” disponibilizado no SisFIES, informamos que somente deverão ser lançadas para pagamento nos lotes abertos pelo FNDE de GPS e DARF com vencimento igual ou superior à data definida no lote para o efetivo processamento (pagamento) das guias no SIAFI.

2. A mantenedora que lançar no lote GPS e DARF com data de vencimento anterior à data definida no lote para o efetivo pagamento das guias no SIAFI, deverá informar nos campos apropriados dos respectivos documentos de arrecadação os correspondentes valores de juros, multa e atualização monetária, conforme o caso.

3. As guias emitidas no SisFIES em desacordo com essa regra terão o seu processamento (pagamento) rejeitado pelo SIAFI, assumindo a entidade mantenedora toda e qualquer responsabilidade decorrente.

4. Caso os lotes 42 (GPS) e 43 (DARF), abertos no dia 18 e fechados no dia 19, contenham guias com data de vencimento anterior ao dia 25.10.2010 sem o devido preenchimento dos campos juros, multa e atualização monetária, conforme o caso, o SIAFI não processará (pagará) os documentos de arrecadação incluídos nesses lotes.

5. As guias dos lotes 42 (GPS) e 43 (DARF) não processadas (pagas) pelo SIAFI ficarão disponíveis para consulta no SisFIES com o *status* “Recusada por erro” e poderão ser incluídas pela mantenedora em um próximo lote com os campos juros, multas e atualização monetária devidamente preenchidos, conforme o caso.

6. Quanto aos lotes 44 (GPS) e 45 (DARF), que serão fechados no próximo dia 22.10.2010, o FNDE devolverá de ofício à mantenedora todas as guias emitidas com data de vencimento anterior à data informada nos lotes para o processamento (pagamento) das guias no SIAFI (28.10.2010) sem o devido preenchimento dos campos juros, multa e atualização monetária, conforme o caso.

7. As guias dos lotes 44 (GPS) e 45 (DARF) devolvidas pelo FNDE poderão ser corrigidas pela mantenedora e enviadas novamente até a data do fechamento desses lotes, qual seja: 22.10.2010.

8. Recomendamos a leitura atenta do “Manual de Pagamento de Tributos”, disponível no SisFIES, como também atenção redobrada no preenchimento das GPS e dos DARF, de forma a evitar o resgate desnecessário de CFT-E da mantenedora junto à Secretaria do Tesouro Nacional e demais prejuízos

decorrentes do pagamento de juros, multas e atualização monetária pelo não processamento (pagamento) dos documentos de arrecadação pelo SIAFI.

9. Nesta data estamos disponibilizando no SisFIES nova versão do “Manual de Pagamento de Tributos”.

10. Maiores esclarecimentos sobre o pagamento de GPS e DARF com CFT-E poderão ser obtidos pelos telefones: 0800-616161, (61) 2022-5023; 2022-4056; 2022-5020; 2022-5029; 2022-5028; 2022-5026; 2022-4661; 2022-5022; 2022-4739 e 2022-4784.

Atenciosamente,

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Diretoria Financeira



PREPARAÇÃO PARA A PROVA

1. Quando os inscritos irão receber o cartão de confirmação, com os locais de prova?

O Cartão de Confirmação da Inscrição será enviado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para o endereço informado pelo interessado no ato da inscrição, até o dia 25 de outubro. O Cartão de Confirmação contém o número de inscrição, CPF, RG, data, hora e local de prova do inscrito, com endereço completo e o atendimento diferencial solicitado, quando for o caso.

As mesmas informações estarão disponíveis futuramente na página de acompanhamento da inscrição do Enem 2010, em <http://sistemasenem2.inep.gov.br/inscricao>.

2. Os locais de prova também estarão disponíveis na Internet?

Sim. Os inscritos poderão futuramente acessar o sistema de acompanhamento da inscrição, em <http://sistemasenem2.inep.gov.br/inscricao>, e verificar o local definido para realização da prova. A conferência do local de realização do exame é de inteira responsabilidade do candidato. Cada local foi estipulado levando em consideração o endereço dos inscritos e município escolhido para realizar o Enem, indicados no ato da inscrição. Não haverá alteração de local de prova em hipótese alguma.

3. É possível alterar município e local para realizar a prova?

Não. O município de prova foi escolhido pelo candidato no momento da inscrição, e não pode ser alterado. Quanto ao local específico para realizar a prova, definido pelo consórcio contratado, foi estipulado levando em conta o endereço do inscrito, informado no ato da inscrição, e também não será alterado em nenhuma hipótese.

4. É possível alterar língua estrangeira escolhida?

Não. O inscrito optou por uma das duas línguas estrangeiras oferecidas - inglês ou espanhol - no momento da inscrição, e deve responder as questões do idioma indicado.

Atenção! Haverá questões de inglês e de espanhol na mesma prova, com numeração idêntica e gabaritos distintos. Portanto, o participante deve se atentar ao idioma escolhido e transferir para a folha de respostas apenas as alternativas referentes ao idioma pelo qual optou no ato de inscrição.

5. Como será o atendimento especial/ diferenciado no Enem 2010?

Haverá atendimento especial para pessoas com deficiência e diferenciado para pessoas que guardam o sábado, mulheres amamentando etc. Mas somente serão oferecidas condições especiais para realização da prova para os inscritos que, no ato da inscrição, tenham informado a deficiência reconhecida em laudo médico ou o elemento que motiva o atendimento diferenciado, destacando o auxílio necessário.

Os inscritos nessa situação devem dispor dos documentos comprobatórios da situação da deficiência ou da situação declarada para atendimento diferenciado. As informações prestadas devem ser exatas e fidedignas, caso contrário pode-se responder por crime contra a fé pública, o que acarretará eliminação do Enem 2010.

O consórcio contratado pelo Inep para realizar o exame tem entrado em contato com o participante para verificar a viabilidade de atendimento da solicitação. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos por meio do Fala, Brasil, pelo telefone 0800616161 ou por meio do formulário eletrônico, em: <http://www.inep.gov.br/institucional/faleconosco.htm>

6. O Enem 2010 será aplicado nos presídios e unidades socioeducativas?

Sim, mas em outra data. Neste ano, mais de 600 unidades prisionais e socioeducativas das 27 unidades da Federação terão o exame. Os responsáveis pedagógicos em cada uma dessas unidades inscreveram os interessados, por meio de sistema específico.

A estrutura da avaliação nos presídios será a mesma da realizada em novembro: quatro provas objetivas, com 45 questões de múltipla escolha e uma proposta de redação. As provas do Enem 2010 nos presídios serão aplicadas nos dias 6 e 7 de dezembro, em todas as unidades da Federação, da seguinte forma:

- no dia 6/12/2010 (segunda-feira), das 13h às 17h30 - Prova III, com Ciências Humanas e suas Tecnologias, e Prova IV, Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

- no dia 7/12/2010 (terça-feira), das 13h às 18h30 - Prova I, com Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e redação, e Prova II, com Matemática e suas Tecnologias.

Os gabaritos das provas objetivas aplicadas nos presídios serão divulgados na página do Inep até o segundo dia útil seguinte da realização das provas.

Veja <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=59&data=27/09/2010> mais [no](#) [edital:](#)

APLICAÇÃO DA PROVA

7. Quando serão aplicadas as provas do Enem 2010?

O Enem 2010 será realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2010, em todas as unidades da Federação. As provas terão início às 13h, de acordo com o horário oficial de Brasília - DF.

Será observado o seguinte calendário de provas:

- no dia 6/11/2010 (sábado), das 13h às 17h30 - Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias;

- no dia 7/11/2010 (domingo), das 13h às 18h30 - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, além de Redação, e Matemática e suas Tecnologias.

8. Onde as provas serão aplicadas?

As provas serão aplicadas nas 27 unidades da Federação, nos municípios indicados no Anexo I (http://www.enem.inep.gov.br/pdf/enem_2010_anexo_I_edital.pdf) do Edital do Enem 2010 e nos locais informados nos Cartões de Confirmação da Inscrição.

9. Qual o horário para início das provas?

Nos dias de realização do exame os portões de acesso aos locais de prova serão abertos às 12h e fechados às 12h55, de acordo com o horário de Brasília-DF, não sendo permitida a entrada do inscrito que se apresentar após o horário estipulado.

O inscrito deverá comparecer ao local de realização da prova com antecedência de uma hora do horário fixado para seu início.

Atenção! Conheça com antecedência o seu local de prova. Fique atento ao horário. Todas as informações do edital referem-se ao horário oficial de Brasília-DF. Fique atento para as eventuais diferenças de fuso horário e adoção de horário de verão em sua localidade.

10. O que levar nos dias de prova?

O inscrito deve se dirigir ao local de prova indicado no Cartão de Confirmação da Inscrição portando:

- documento de identificação original;

- Cartão de Confirmação da Inscrição enviado via postal pela Empresa Brasileira de Correios e disponibilizado na página de acompanhamento do inscrito;

- caneta esferográfica de tinta preta.

Atenção! A não apresentação de documento de identificação original impossibilita o inscrito de adentrar o ambiente de provas e resulta na sua eliminação do Enem 2010.

Atenção! Os inscritos cujo documento de identificação original apresentado não permita a completa identificação dos seus caracteres essenciais ou de sua assinatura, em razão do estado de conservação ou da distância temporal da expedição do documento, não poderão adentrar o ambiente de provas e serão eliminados do Enem 2010.

Considera-se como documento de identidade a cédula de identidade expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, Polícia Militar, Polícia Federal, a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros, a identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por Lei valham como documento de identidade, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, o Passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 1997.

Não serão aceitos como documentos de identificação protocolos, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação em modelo anterior à Lei nº 9.503/97, Carteira de Estudante, crachás e identidade funcional de natureza pública ou privada que não possua fé pública, validade em todo o território nacional e fotografia.

11. O que fazer em caso de perda do documento de identificação original no dia da prova?

O inscrito impossibilitado de apresentar o documento de identificação original no dia da realização das provas, por motivo de extravio, perda, furto ou roubo, poderá realizar a prova, desde que:

- apresente Boletim de Ocorrência expedido por órgão policial, emitido há no máximo 90 (noventa) dias;
- submeta-se à identificação especial, que compreende a coleta de dados e assinatura em formulário próprio.

12. Quais as restrições para os dias de prova, por motivo de segurança?

Durante a realização da prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os inscritos, nem a utilização de lápis, borracha, apontador, lapiseira, grafite, livros, manuais, impressos, anotações, máquinas calculadoras e agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, pagers, bip, walkman, gravador, mp3 ou similar, relógio, ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens. Também não serão fornecidas informações referentes ao conteúdo das provas, por qualquer membro da equipe de aplicação do exame.

13. Qual o tempo mínimo de permanência na sala de prova?

O tempo mínimo de permanência na sala de provas é de duas horas, a partir do início do exame. Ao final das provas, os três últimos candidatos na sala só serão liberados quando todos tiverem concluído o exame ou o tempo de prova tiver sido encerrado.

14. Quando será permitido deixar a sala de prova levando o Caderno de Questões?

Os candidatos só poderão levar o Caderno de Questões se deixarem a sala depois de decorridas quatro horas desde o início da aplicação, nas provas do sábado, 06/11/2010, e decorridas cinco horas do início das provas do domingo, 07/11/2010.

15. Como proceder na marcação do Cartão-Resposta e Folha de Redação?

As respostas das provas objetivas e a redação do candidato devem ser transcritas nos respectivos Cartões-Resposta e Folha de Redação, que deverão ser entregues ao fiscal da sua sala de aplicação. O candidato deverá, impreterivelmente, marcar a cor da capa do Caderno de Questões no seu Cartão-Resposta. Caso contrário sua prova será anulada, não será corrigida e não haverá atribuição de nota.

Durante a realização das provas, é de responsabilidade única do candidato a leitura e conferência de todos os dados registrados no Caderno de Questões, no Cartão-Resposta, na Folha de Redação, na Lista de Presença e demais documentos do exame.

Atenção! É imprescindível a marcação da cor da capa do Caderno de Questões no Cartão-Resposta para que seja realizada a correção das provas objetivas e divulgação de resultados. A não marcação da cor impossibilita a correção e implica na anulação das provas objetivas.

Atenção! Haverá questões de inglês e de espanhol na mesma prova, com numeração idêntica e gabaritos distintos. Portanto, o participante deve se atentar ao idioma escolhido e transferir para a folha de resposta apenas as alternativas referentes ao idioma pelo qual optou no ato de inscrição.

16. Quais as situações que podem excluir o inscrito do exame?

Será excluído do exame, por ato da entidade contratada pelo Inep para a realização do Enem 2010, o inscrito que:

- prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, sob as penas da Lei;
- agir com incorreção ou descortesia para com qualquer participante do processo de aplicação das provas;
- ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal, ou antes de decorridas duas horas do início da prova;
- for surpreendido, durante as provas, em comunicação com outro participante, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, bem como utilizando livros, notas ou impressos, portando ou fazendo uso

de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação ou, ainda, for responsável por falsa identificação pessoal;

- utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do exame;

- não devolver o Cartão-Resposta e o Caderno de Questões.

- não atender às orientações regulamentares da entidade contratada para aplicação do Enem 2010.

COMO SERÁ A PROVA?

17. Como é o exame?

O Enem 2010 será estruturado na mesma Matriz de Referência do Enem 2009 (http://www.enem.inep.gov.br/pdf/Enem2009_matriz.pdf)

O exame será composto por quatro provas objetivas, contendo cada uma 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha, e por uma proposta para redação.

As quatro provas objetivas avaliarão as seguintes áreas de conhecimento do ensino médio e respectivos componentes curriculares:

- Prova I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes e Educação Física;

- Prova II - Matemática e suas Tecnologias: Matemática;

- Prova III - Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia, Filosofia e Sociologia;

- Prova IV - Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Química, Física e Biologia.

18. O Enem 2010 terá questões de língua estrangeira?

Sim, inglês ou espanhol, idioma escolhido pelo candidato no momento da inscrição, como já era previsto na matriz de habilidades e conteúdos associados do Enem 2009.

Atenção! Todos os modelos de prova do Enem trarão tanto questões de inglês quanto de espanhol, na mesma numeração, mas com gabaritos distintos. O estudante deve necessariamente responder as questões do idioma escolhido no ato de inscrição.

19. O Enem apresenta questões regionais na prova?

Não. Nenhum exame do Inep/MEC contempla questões regionais. Todas as avaliações têm caráter nacional e devem garantir iguais condições de participação entre estudantes de qualquer região do País.

CORREÇÃO DAS PROVAS

20. Como será feita a leitura dos Cartões-Resposta?

A leitura do Cartão-Resposta dos candidatos é realizada por escaneamento, para identificar a marcação de respostas das questões objetivas de cada uma das quatro provas.

É imprescindível a marcação da cor da capa do Caderno de Questões no Cartão-Resposta para que seja realizada a correção das provas objetivas e divulgação de resultados. A não marcação da cor impossibilita a correção e implica na anulação das provas objetivas.

Não serão computadas questões não assinaladas, marcações não preenchidas completamente ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível. Os rascunhos e as marcações assinaladas nos Cadernos de Questões não serão considerados para fins de pontuação.

Atenção! Todos os modelos de prova do Enem trarão tanto questões de inglês quanto de espanhol, na mesma numeração. O estudante deve necessariamente responder as questões do idioma escolhido no ato de inscrição, pois os gabaritos são distintos.

21. Como é o cálculo das proficiências nas provas objetivas?

O cálculo das proficiências nas provas objetivas utiliza a metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI).

22. O que a TRI modificou no esquema de correção de prova?

Na operacionalização da correção, propriamente dita, não houve mudança. A mudança ocorrida é muito mais profunda - é uma mudança de concepção da avaliação.

A TRI substituiu a Teoria Clássica, em que cada questão recebe uma pontuação e o resultado final é o escore, a soma das pontuações atribuídas aos itens (ou questões), considerando acertos ou erros. A TRI não faz escore do aluno, e possibilita a criação de uma medida (escala) para medir o conhecimento do indivíduo.

Tomando como exemplo uma prova do Enem de 45 questões: se duas pessoas acertarem 20 questões - não sendo as mesmas 20 questões -, dificilmente elas terão a mesma nota. Não porque uma questão tenha peso maior que a outra, mas porque o sistema está montado de forma que quem acertou itens dentro de um padrão de coerência terá notas melhores.

23. Em linhas gerais, como funciona a TRI?

A TRI possibilita a comparabilidade entre provas diferentes.

Existem instrumentos para medir peso, altura, distância. Mas não há um instrumento que meça, de forma direta, o conhecimento. Então, para medir o conhecimento de uma pessoa, há que fazê-lo de forma indireta - e essa forma é a avaliação. Com a TRI, o que se pretende é criar uma unidade de medida para o conhecimento.

Se você medir a altura de uma pessoa com uma trena ou com uma fita métrica, ela terá a mesma altura. Assim deve ser com o conhecimento: qualquer que seja a prova, uma vez que o participante carrega o mesmo conhecimento, ele deve obter a mesma nota. E a TRI busca fazer isso.

É por isso que as questões são calibradas em pré-teste, para que a prova seja tecnicamente sólida. Tal como na balança: se ela mostra peso menor que o seu peso real, é porque está desajustada. O peso independe da balança da mesma forma que o conhecimento independe da prova.

24. O aluno deve chutar a questão caso não saiba ou pode ser penalizado se o fizer?

O aluno que “chuta” não é penalizado. O que ocorre é que esse acerto ao acaso, no entanto, não dará uma pontuação tão alta quanto daria a uma pessoa que, pelas outras questões acertadas, mostra um padrão consistente de respostas corretas.

25. Como é a correção da redação?

A redação é corrigida por dois corretores de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro. A nota final corresponde à média das notas atribuídas pelos dois. Caso haja discrepância de cinco pontos ou mais entre as duas notas, a redação passará por uma terceira correção, realizada por um supervisor, sem que este conheça as notas dos demais. A nota atribuída pelo supervisor substitui a nota dos demais corretores.

A redação que não atender à proposta solicitada, no que diz respeito ao tema e tipologia textual, será desconsiderada. A Folha de Redação sem texto escrito e redação com até sete linhas, qualquer que seja o conteúdo, será considerada em branco. A Folha de Redação com texto fora do espaço delimitado, impróprios, desenhos, outras formas propositais de anulação e/ou rasuras será considerada anulada.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

26. Quando serão publicados os gabaritos?

Os gabaritos das provas objetivas serão divulgados na página do Inep até o segundo dia útil seguinte ao de realização das últimas provas.

27. Como acessar os resultados de desempenho individuais?

Os candidatos poderão acessar os resultados individuais na página de acompanhamento do Enem 2010. Os resultados individuais não serão divulgados por meio de publicação ou instrumentos similares. O Inep manterá disponíveis os registros de todos os resultados individuais dos participantes do Enem 2010 para consulta por cinco anos.

28. Cada uma das provas do Enem tem peso diferenciado?

O Enem trará cinco notas diferentes, uma para cada área do conhecimento avaliada e uma para a redação. Não haverá diferenciação dos pesos. O que pode ocorrer é que, nos processos seletivos, as instituições utilizem pesos diferenciados entre as áreas para classificar os candidatos, de acordo com os cursos pleiteados.

29. Haverá divulgação dos resultados do Enem 2010 por escola e na forma de microdados para pesquisa? Sim. A divulgação dos resultados por escola se fará somente para aquelas que declararam o Censo Escolar e tenham no mínimo 10 alunos concluintes participando do exame no ensino médio. A divulgação é feita pela Internet com as médias de desempenho obtidas pelo total de alunos. Resguardado o sigilo dos resultados individuais e para subsidiar estudos e pesquisas educacionais, o Inep também divulgará os microdados do Enem 2010.

COMO USAR OS RESULTADOS DO ENEM

30. Para que servem os resultados do Enem?

Em linhas gerais, os resultados do Enem possibilitam:

- a constituição de parâmetros para auto-avaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- a certificação pelas Secretarias Estaduais de Educação e por Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no nível de conclusão do ensino médio, de acordo com a legislação vigente;
- a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio;
- o estabelecimento de critérios de participação e acesso do examinando a programas governamentais;
- a sua utilização como mecanismo único, alternativo ou complementar aos exames de acesso à educação superior ou processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira.

31. Como proceder para obter a certificação no ensino médio pelo Enem?

Os resultados do Enem 2010 podem ser utilizados para fins de certificação em nível de conclusão de ensino médio, a critério das Secretarias de Educação e aos Institutos/Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Compete às Secretarias de Educação e aos Institutos/Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia definir os procedimentos para certificação no nível de conclusão com base nos resultados do Enem 2010.

Para obter essa certificação os candidatos devem:

- ter 18 (dezoito) anos completos até a data de realização da primeira prova do Enem 2010;
- ter atingido o mínimo de 400 pontos em cada uma das quatro provas áreas do Enem;
- ter atingido o mínimo de 500 pontos na redação.

O candidato, que pretenda obter a certificação em nível de conclusão do ensino médio deverá, ainda, no ato da inscrição indicar a Secretaria Estadual de Educação ou o Instituto/Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em que irá pleitear a certificação.

A escolha da referida Secretaria ou Instituto/Centro não está condicionada ao estado de residência do candidato, podendo esse escolher uma das opções apresentadas no ato da inscrição. A lista de Secretarias Estaduais de Educação ou de Institutos/ Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia apresentadas no sistema de inscrição é respaldada por Acordo de Cooperação Técnica, firmado junto ao Inep e que estabelece as responsabilidades dos envolvidos no processo de certificação.

A marcação da opção de certificação no formulário de inscrição efetuada pelo candidato implica em concessão de autorização para o Inep enviar os dados e as notas obtidas no Enem 2010 para as Secretarias Estaduais de Educação e Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para fins de certificação, o Inep fornecerá sistema específico de acesso aos resultados.

32. Como os resultados do Enem serão usados para seleção de ingresso em Instituições de Ensino Superior?

Os resultados do Enem 2010 podem ser utilizados para seleção total ou parcial de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES), públicas, estaduais, federais ou privadas.

O Inep encaminhará os dados e resultados dos candidatos do Enem 2010 à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) para utilização pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) de acordo com os critérios, diretrizes e procedimentos definidos em edital próprio da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e das Instituições de Ensino Superior que aderirem ao SiSU.

As Instituições de Ensino Superior que não aderirem ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e pretenderem utilizar os resultados individuais dos candidatos inscritos em seus respectivos processos

seletivos deverão oferecer vagas de acordo com os critérios, diretrizes e procedimentos definidos em edital próprio e encaminhar ao Inep, formalmente, a sua solicitação para uso das notas do Enem 2010 até o dia 15 de dezembro de 2010. O Inep fornecerá às instituições demandantes sistema específico de acesso aos resultados individuais do Enem 2010.

A inscrição do candidato no SiSU ou em processo seletivo de Instituição de Ensino Superior pública ou privada que tenha solicitado ao Inep, formalmente, os resultados do Enem, caracterizará o formal consentimento do candidato para a utilização das informações e notas do Enem 2010.

33. O Enem continua sendo utilizado para a seleção no ProUni?

Sim, a nota obtida no exame continua sendo utilizada para fornecer bolsas de estudos parciais ou integrais, em instituições privadas de ensino, a candidatos que atendam as exigências socioeconômicas.

<http://www.enem.inep.gov.br/faq.php>



Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2010

Prezado Dirigente Educacional

A revista Ensino Superior, publicação da Editora Segmento, trouxe na edição 144 matéria sobre a proposta dos presidenciais para a educação superior.

Considerando a relevância do tema resolvemos transcrevê-la, já que inexistem restrições.

Na primeira parte há uma análise geral feita pela jornalista Nina Hughes e contempla os então três mais bem colocados (envolvendo também Marina Silva). Na segunda parte registra as idéias.

Considerando que somente os José Serra e Dilma Rousseff estão no segundo turno transcrevemos o depoimento de ambos.

Cordialmente,

João Roberto Moreira Alves
Presidente

Avenida Nilo Peçanha, 12 - conjunto 807 - CEP: 20020-100
Rio de Janeiro - RJ
ipae@ipae.com.br - www.ipae.com.br
(21) 3905-0964

1. - Aspectos gerais da matéria "A educação pelos candidatos"

Em entrevistas exclusivas à revista Ensino Superior, José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva expõem suas propostas para a educação superior brasileira.

Nina Hughes

Campanha eleitoral que não trata a educação como item número um da cesta de propostas de um candidato não é campanha. E na disputa presidencial deste ano não podia ser diferente: a educação está no DNA das propostas do PSDB, do PT e do PV. Nas entrevistas concedidas pelos três principais candidatos à Presidência com exclusividade para a revista Ensino Superior, que você confere nas próximas páginas, é possível detectar os principais pontos de concordância, como o Fies e o ProUni, e de divergências de opinião dos presidenciais para a educação superior brasileira.

Durante a campanha eleitoral, falar em investimentos em educação é um mantra do qual não se pode abrir mão na cartilha do marketing político. A inclusão do tema na pauta dos candidatos não é por acaso: o acesso à educação está entre as maiores preocupações dos brasileiros. Os políticos sabem; os marqueteiros também.

Mas, entre a campanha e o exercício do poder há um longo caminho. Que peso colocará o próximo presidente sobre a educação? A resposta só virá, com otimismo, nos 100 primeiros dias de mandato, seja ele azul, vermelho ou verde. Durante a campanha, as intenções sempre parecem boas. No governo, a realidade dos cobertores curtos vez ou outra contingencia as promessas lançadas durante a corrida eleitoral.

Professor, o candidato do PSDB, José Serra, costuma repetir em sua campanha que será "o presidente da educação". Fala em "mutirão" para que todas as crianças cheguem aos oito anos de idade sabendo ler e

escrever e propõe a fórmula de dois professores em sala de aula. Na entrevista concedida à revista Ensino Superior, ele também critica a relação aluno-professor nas universidades federais.

Mas o ponto central de seu plano de governo, a tomar pelos discursos e programas de TV e pelo que ele expõe na entrevista a seguir, é a atenção que promete dar ao ensino técnico. Há uma meta para isso: um milhão de novas vagas no sistema público. Num braço auxiliar, Serra propõe a criação do Protec, versão do ProUni para os cursos profissionalizantes. O tucano recebe nos meios econômicos a alcunha desenvolvimentista, e é assim que parece olhar para a educação. "Ensino técnico é aquele que vira emprego", repete sempre o candidato.

O Brasil do presente já exige demanda por trabalhadores especializados. E não haverá o Brasil do futuro se os investimentos em educação não deram um salto nos próximos anos.

A candidata do PT, Dilma Rousseff, também incluiu o ensino técnico no topo de sua agenda, mas ainda não especificou metas. Seus discursos e peças publicitárias lembram constantemente os números do atual governo: 214 escolas técnicas até o final do ano. A petista promete ampliá-los em municípios-polos e nas cidades acima de 50 mil habitantes. Comprometeu-se, também, em estender a oferta de universidades pelo país com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e a injetar mais recursos no fundo para a educação básica, o Fundeb. Na entrevista concedida nas próximas páginas, Dilma relembra os programas adotados pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e revela a intenção de intensificar a política de ampliação do acesso ao ensino superior por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

No caso da ex-ministra, que desde o começo se esforça para conquistar o voto feminino, o objetivo é fundar novas seis mil creches em todo o país. O discurso é forte e deve ter angariado um punhado de mães pobres que não têm onde deixar seus filhos e, muitas vezes, sequer têm condições de alimentá-los de forma adequada. Coincidência ou não, as pesquisas de opinião, de fato, trazem crescimento da presidenciável nesse estrato social.

Dilma construiu seu programa de governo prometendo instalar internet banda larga em todas as escolas públicas do país. De fato, o título de oitava economia do mundo não combina nada com a realidade majoritária da exclusão digital.

Marina Silva, a candidata do PV que se alfabetizou aos 16 anos de idade, tem diretrizes bastante semelhantes às de seus oponentes. Defende de forma enfática a educação integral e profissionalizante. É sempre favorável à valorização do capital humano. Promete, com isso, pagar melhores salários aos professores e aprimorar a qualidade da educação, em todos os níveis. Eleita, garante aumentar o investimento per capita em educação para 7% do Produto Interno Bruto. Na entrevista a seguir, deixa clara a prioridade na carreira docente e propõe algo novo: a licenciatura de tecnólogos. Seu diagnóstico: "a educação brasileira está à beira de um apagão".

Na era do pré-sal e no cenário de escassez de mão de obra qualificada no país, formar o trabalhador brasileiro parece ser a tônica do discurso dos três principais postulantes ao Palácio do Planalto. E essa realmente deve ser a constante do próximo presidente, seja Serra, Dilma ou Marina.

Em 2002, todos alimentaram a esperança dada por Lula de erradicação do analfabetismo, que não veio. Em 2006, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) tornou-se candidato a presidente falando somente de educação e quase não passou de traço na composição dos votos válidos. No próximo mandato, as promessas apaixonadas não podem mais ser abandonadas no meio do caminho. Afinal, o papel que o país desempenhará no mundo depende da importância que a educação terá na Esplanada dos Ministérios. Ou a pasta vira uma superestrutura com influência política e orçamentária, ou não se verá o Brasil no ranking da 5ª maior potência mundial, sonho alimentado por aquele que, em 1º de janeiro, não ocupará mais o principal gabinete da capital.

Aposta nos tecnólogos

O candidato do PSDB tem visto nos cursos superiores de tecnologia uma saída para a ampliação do acesso ao ensino superior. Ele fala sobre a extensão do ProUni para os cursos técnicos e tecnológicos e a ampliação do crédito para essa modalidade. Com relação ao capital estrangeiro, Serra define posição clara: "sua contribuição ao aperfeiçoamento de nosso sistema pode vir a ser importante"

1 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para aumentar o número de jovens dos 18 aos 24 anos no ensino superior? Hoje temos 13,6% dos jovens na graduação, uma das taxas mais baixas da América do Sul e longe da meta do PNE de incluir 30% até 2010.

Em primeiro lugar, é preciso cuidar da qualidade da educação básica para que os jovens concluam o ensino médio na idade adequada. Em segundo lugar, é preciso ampliar as oportunidades de matrículas nas universidades públicas. Nos últimos anos a matrícula nas federais cresceu à taxa de 3% ao ano, cerca da metade do que ocorreu no período 1995-2002. A relação aluno-professor nas universidades federais é das mais baixas do mundo, o que significa uma grande oportunidade para aumento das vagas nos cursos de graduação. Em terceiro lugar, é preciso ampliar as opções de financiamento estudantil. Em quarto lugar, é preciso estimular o aumento da matrícula nos cursos de curta duração de formação de tecnólogos, que têm ampla demanda no mercado de trabalho. Teremos de aperfeiçoar o sistema de avaliação, supervisão e "acreditação" para garantir a qualidade na expansão da educação superior, com atenção especial às áreas das engenharias e a melhoria da formação dos professores para a educação básica. Para viabilizar o cumprimento dos objetivos e metas da educação brasileira, o governo Serra vai promover a ampliação dos investimentos em educação, como proporção do PIB.

2 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para ampliar as opções de financiamento estudantil no Brasil, que hoje se resumem ao Fies e ProUni? Apenas 12,8% dos alunos matriculados no ensino superior possuem algum tipo de crédito ou financiamento.

A estabilidade econômica conquistada a partir de 1994 com o Plano Real permite ao país hoje organizar seu sistema de financiamento de médio e longo prazos com base em recursos de poupança pública e privada. A ampliação dos mecanismos de financiamento aos alunos depende, porém, da redução das taxas de juros praticadas no país e que são uma das mais altas do mundo. Além disso, é preciso direcionar os recursos de financiamento ao ensino superior - atuais e futuros - para instituições que mostrem bom desempenho nos processos de avaliação educacional. De outro lado, é preciso direcionar esses recursos também para áreas prioritárias para o desenvolvimento do país, tais como a formação de engenheiros, de professores para a educação básica - especialmente nas áreas mais críticas como matemática, física, química e biologia - e para estimular a maior oferta de vagas em cursos de formação de tecnólogos.

3 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para ampliar e melhorar a qualidade da formação de professores? Dos professores que atuam na educação fundamental, 300 mil não têm ensino superior e 300 mil atuam fora da área de licenciatura.

Vamos buscar atrair para os cursos de licenciatura os alunos com bons resultados no ensino médio e para a carreira do magistério, bons profissionais. Para isso, vamos criar incentivos para ingresso nos cursos de graduação de bons alunos e melhoria dos salários iniciais dos professores. A formação inicial dos professores é condição essencial para a melhoria da qualidade do ensino. A regulamentação da formação dos professores é responsabilidade direta do governo federal - cabe a ele tomar essas medidas. Entretanto, o programa de formação docente do atual governo é mais do mesmo, ou seja, de uma formação deficiente, com excesso de teoria e desfocada da realidade da sala de aula. Nosso governo vai atuar com todas as instituições - federais, estaduais e particulares, vai agir na qualificação dos cursos de formação dos professores e vai apoiar programas de formação continuada desenvolvidos por estados e municípios a partir dos resultados das avaliações nacionais e/ou estaduais. As instituições de ensino superior terão grande apoio do meu governo para ampliar a oferta de cursos de licenciatura, rever os programas de formação inicial nas licenciaturas, reforçar programas de formação continuada em parceria com estados e municípios, e ampliar o ProUni e o sistema de crédito educativo/Fies para atrair e reter bons alunos interessados na carreira do magistério.

4 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para melhorar a qualidade da educação básica brasileira? O Brasil ocupa o 49º lugar em leitura e 52º em ciências entre 57 países avaliados pelo Pisa.

Vamos convocar todos os estados e municípios para a construção de uma estratégia conjunta de aperfeiçoamento e fortalecimento do regime de colaboração entre os três níveis de governo sob a liderança do governo federal, articular ações integradas, intensificar a mobilização da sociedade em prol da educação de qualidade. Em conjunto com os estados e municípios, nos propomos a:

- estabelecer padrões curriculares nacionais, com competências e conteúdos mínimos como orientação para a construção dos currículos pelas escolas;
- fixar metas e objetivos de melhoria da aprendizagem, em continuidade às políticas educacionais dos últimos 15 anos (Saeb, Prova Brasil, Ideb);
- avançar e consolidar o sistema nacional de avaliação da educação, especialmente quanto ao uso de seus resultados pelas escolas e professores e em programas de formação docente;
- recuperar a credibilidade e relevância do Enem como um instrumento de avaliação dos alunos ao final do ensino médio e de estímulo à melhoria da qualidade de toda a educação básica do país;
- valorizar o magistério, apoiando estados e municípios para formação continuada, melhoria salarial e aperfeiçoamento das carreiras docentes;
- apoiar a melhoria da gestão escolar, com parâmetros de certificação para direção de escola e aperfeiçoamento da autonomia escolar;
- apoiar os sistemas de ensino para cumprimento da obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos até 2016, diversificação e flexibilização dos currículos do ensino médio, ampliação do atendimento educacional dos zero aos 3 anos, e garantia de oferta de educação de jovens e adultos, no ensino médio articulada com cursos profissionalizantes;
- criar um milhão de novas matrículas na educação profissional, em parcerias da rede federal, estaduais e particular, e por meio da criação do ProUni do ensino técnico e tecnológico.

5 - Ensino Superior - Qual a sua opinião sobre a restrição de capital estrangeiro nas instituições de ensino superior? A proposta consta da Reforma Universitária que tramita no Congresso.

Para que os valores maiores da educação não se percam, o essencial é preservar o arcabouço institucional que nosso país foi capaz de construir ao longo dos anos. A Constituição, as leis, os decretos e demais normas educacionais fixam as responsabilidades entre os diferentes níveis federativos, definem objetivos, regras de credenciamento e reconhecimento de cursos e, inclusive, as diretrizes curriculares nacionais para cada um desses níveis. As instituições estrangeiras que já atuam ou pretendem atuar em todos os níveis de ensino devem se submeter às normas e diretrizes nacionais e seguir os procedimentos nacionais em matéria de credenciamento. Nestes termos, são bem vindas e sua contribuição ao aperfeiçoamento de nosso sistema pode vir a ser importante tanto em termos acadêmicos quanto das práticas de gestão.

3. - Propostas da candidata Dilma Rousseff

Fichas na EAD

A candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, aposta na educação a distância pública para ampliar o acesso dos jovens ao ensino superior e para fortalecer a formação de professores no país. Em seu eventual governo, ambos os processos estariam apoiados na Universidade Aberta do Brasil (UAB), projeto criado durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já com esses objetivos. Sempre lembrando as cifras e os programas do atual mandato, Dilma também cita a vontade de intensificar o novo Fies e o ProUni como soluções para a questão do financiamento estudantil. A candidata garante ainda que "estamos caminhando para que toda a formação de professores seja oferecida gratuitamente" e lembra a criação da área de educação básica na Capes como uma das ferramentas para apoiar a carreira docente. Dilma completa com a necessidade de ampliar os programas de educação integral e diz que "é preciso fazer um intenso trabalho que aproxime ainda mais a família da escola, colaborando com a qualidade social da educação e a motivação das crianças para que aprendam".

1 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para aumentar o número de jovens dos 18 aos 24 anos no ensino superior? Hoje temos 13,6% dos jovens na graduação, uma das taxas mais baixas da América do Sul e longe da meta do PNE de incluir 30% até 2010.

Não se pode imaginar que o Brasil cresça, se desenvolva, tenha um povo feliz, se a prioridade das prioridades não for a educação. Fizemos muito no governo do presidente Lula: temos 14 novas universidades federais e 117 novos campi/unidades funcionando no interior do país e o número de vagas em graduação presencial aumentou de 109,2 mil em 2003 para 193,9 mil em 2009. Mas ainda temos muito a fazer. A expansão das redes das universidades federais e dos institutos federais vai ampliar o atendimento, especialmente no interior, tendo-se como referência para isso as cidades-polo. Precisamos apoiar os municípios para que os polos da Universidade Aberta do Brasil estejam de fato em cada microrregião, oferecendo oportunidade de formação na graduação e também formação continuada em diferentes áreas e atividades para professores da educação básica. Além de ampliar e interiorizar a oferta pública de educação superior teremos de fortalecer as condições de acesso - por meio de instrumentos de financiamento como o Fies e o ProUni. Dessa forma, será possível chegar a oito milhões de matrículas na educação superior em 2014.

2 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para ampliar as opções de financiamento estudantil no Brasil, que hoje se resumem ao Fies e ProUni? Apenas 12,8% dos alunos matriculados no ensino superior possuem algum tipo de crédito ou financiamento.

O Fies foi reformulado e deve atender a um número muito maior de interessados. O ProUni já concedeu mais de 700 mil bolsas de estudo e, no meu governo, vai continuar e avançar, pois representa uma oportunidade única de ingresso no ensino superior para os jovens brasileiros de baixa renda. ProUni e Fies combinam formas de apoio a jovens de diferentes faixas de renda para que tenham acesso à educação superior. Vamos fortalecer ainda mais esses programas.

3 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para ampliar e melhorar a qualidade da formação de professores? Dos professores que atuam na educação fundamental, 300 mil não têm ensino superior e 300 mil atuam fora da área de licenciatura.

A valorização do professor é a base de uma educação de qualidade, que será o foco principal da política educacional em meu governo, caso seja eleita. O Brasil tem uma experiência muito bem sucedida na pós-graduação.

Com a criação da área da educação básica na Capes estamos ligando nossa melhor expertise na formação com nossa maior necessidade de avanço e melhoria, que é a educação básica. Também foi criado o Plano de Formação de Professores, que tem oferecido vagas gratuitas para a formação de professores da educação básica. A Universidade Aberta do Brasil é um instrumento fundamental para a formação de nossos professores e vamos fortalecê-la e ampliá-la. Estamos caminhando para que toda a formação de professores seja oferecida gratuitamente. Junto a isso, precisamos consolidar a carreira do professor: garantir a implantação do piso salarial em todo o país e estabelecer as diretrizes que motivem o professor a permanecer na escola.

4 - Ensino Superior - Quais são as suas propostas para melhorar a qualidade da educação básica brasileira? O Brasil ocupa o 49º lugar em leitura e 52º em ciências entre 57 países avaliados pelo Pisa.

O Brasil já está vivendo uma curva ascendente na avaliação da qualidade, quer medindo pelo Pisa, quer usando como indicador o Ideb. Não é simples o desafio, mas o país tem instrumentos para vencer e deve aperfeiçoá-los nos próximos anos. Como o financiamento pelo Fundeb e a ampliação, nos próximos anos, dos investimentos globais em relação ao PIB. É fundamental, também, a continuidade da política de formação de professores, com formação inicial e continuada em parceria com universidades públicas e comunitárias, gratuitamente, com foco nas experiências, necessidades e possibilidades dos educadores. Vamos dar continuidade à avaliação por meio do Ideb, para acompanhar os resultados de cada escola e de cada rede e, com estas informações, apoiar técnica e financeiramente as escolas e as redes cujo desempenho esteja abaixo da média nacional, trabalhando também para reduzir a disparidade entre as próprias escolas. O apoio ao estudante terá continuidade, com oferta de merenda de qualidade, transporte, livro didático para todas as áreas, da educação infantil ao ensino médio, laboratórios de informática e banda larga nas escolas. É preciso fazer um intenso trabalho que aproxime ainda mais a família da escola, colaborando com a qualidade social da educação e a motivação das crianças para que aprendam. Além de tudo, vamos ampliar os programas de educação integral, garantindo que as crianças e jovens fiquem mais tempo na escola, com aulas de acompanhamento pedagógico individual, atividades esportivas e culturais, que são fundamentais para o pleno desenvolvimento de nossas crianças com

melhorias diretas na aprendizagem. A educação, como sabemos, é multifatorial e é preciso investir em todos esses aspectos para garantir o direito de aprender de nossas crianças.

5 - Ensino Superior - Qual a sua opinião sobre a restrição de capital estrangeiro nas instituições de ensino superior? A proposta consta da Reforma Universitária que tramita no Congresso. Este é um tema que ainda será objeto de amplo debate dentro do Congresso Nacional com parlamentares e sociedade. Por isso, entendo ser conveniente aguardarmos a discussão.